



**RELATÓRIO
DE GESTÃO
2020**

SICOOB COCRED COOPERATIVA DE CRÉDITO

Rua. Dr. Pio Duffles, 128 - Jd. Soljumar - Sertãozinho-SP
CEP. 14.170-680 - (16) 2105-3800
www.sicoobcocred.com.br

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente do Conselho de Administração

Giovanni Bartoletti Rossanez

Vice-Presidente do Conselho de Administração

Antonio Carlos Giroto

Conselheiros Vogais

Silvio Lovato

Frederico José Dalmaso

Gustavo Zanini Sverzut

Alessandro José Zampronio

Sebastião Ferreira Jacintho

Conselho Fiscal

Daniel Annibal

Marco Antônio Paschoal

Alberto Borges Júnior

Otávio de Freitas Tavares (suplente)

Carlos César Rodrigues da Silva (suplente)

Márcia Terezinha Rissato Lovato (suplente)

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor Administrativo e Financeiro

Antonio Cláudio Rodrigues

Diretor de Negócios

Gabriel Jorge Pascon

Diretor de Crédito

Marcos Roberto Petri

Diretor de Controles Internos e Riscos

Juliano dos Santos Bomfim

ÍNDICE



MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO



A SICOOB COCRED

- Nossa História
- Nossa Cooperativa
- Governança Corporativa
- Demonstração de Valor Adicionado
- Nossos Cooperados
- Proximidade
- Nossos Colaboradores
- Projetos e Ações



EVOLUÇÃO

- Indicadores de Desempenho
- Produtos e Serviços



SUSTENTABILIDADE

- Ganho Social do Cooperado
- Vamos Juntos Superar
- Valores Que Viram Resultados
- Tecnologia



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2020 ficará para sempre marcado pela pandemia do novo coronavírus, que exigiu de toda a humanidade, mais do que nunca, flexibilidade, compreensão, resiliência e, acima de tudo, cooperação. Diante de um cenário de incertezas, não houve soluções convencionais.

A crise gerada pela Covid-19 ultrapassou as questões de saúde e impactou todas as áreas da vida em sociedade. E todos sabem que o campo econômico foi um dos mais afetados, devido às recomendações de distanciamento e isolamento para proteção da população.

Mas, enquanto serviço essencial, a Cocred seguiu trabalhando sem medir esforços, estendendo a mão e apoiando os cooperados que precisaram de crédito, cumprindo seu propósito de promover justiça financeira e prosperidade nas comunidades onde está inserida.

Diferente das demais instituições financeiras, não fomos obrigados a remodelar nosso negócio, apenas colhemos os frutos de 51 anos acompanhando e nos adaptando a um mercado cada vez mais competitivo, principalmente com o ingresso de fintechs e bancos digitais.

Como resultado, em 2020 nosso quadro social passou de

Diante de uma pandemia mundial, reafirmamos nossa resiliência e solidez. Mais importante ainda é atestar que valores intrínsecos, como a sustentabilidade e a valorização das pessoas, não estão apenas no papel, mas presentes em ações diárias.

41.157 para 43.772 cooperados, crescimento de 6%. Nosso trabalho, entretanto, impactou muito mais gente: quase 3 milhões de pessoas que vivem nas regiões dos 28 municípios paulistas atendidos pela cooperativa.

E estivemos ao lado não só dos produtores rurais, que continuaram em ritmo acelerado para garantir que os alimentos chegassem às mesas dos brasileiros, mas apoiamos outros setores, inclusive micro e pequenos empreendedores, os mais prejudicados pela pandemia.

Já a evolução da carteira de crédito da cooperativa foi de 27%, alcançando R\$ 3,450 bilhões ao final de 2020. Isso representa a inserção de R\$ 730 milhões na economia regional ao longo de 12 meses e reforça nosso protagonismo no mercado financeiro do interior de São Paulo.

Também alcançamos R\$ 5,441 bilhões em ativos, o que representa crescimento de 36% em relação ao ano anterior. Desde 2011, a Cocred não apresentava um resultado tão expressivo, o que reforça sua posição entre as maiores cooperativas de crédito do país, além de ser a segunda maior do Sistema de Cooperativas Financeiras do Brasil (Sicoob), ao qual faz parte.

Nosso patrimônio líquido cresceu 8% em 12 meses, chegando a R\$ 805,9 milhões, graças à adesão dos novos cooperados e às integralizações espontâneas daqueles que já são associados, e enxergam no capital social uma excelente oportunidade de poupar para o futuro.

E ainda falando de confiança, destacamos o crescimento de 40% em depósitos à vista, a prazo, aplicações em Letras

de Crédito do Agronegócio (LCA) e Letras de Crédito Imobiliário (LCI), que somaram R\$ 3,471 bilhões no fim do ano passado, demonstrando que cada vez mais pessoas acreditam na força e na solidez do cooperativismo de crédito.

Por outro lado, apesar de considerarmos um resultado satisfatório, não podemos deixar de reconhecer a redução de 20% nas Sobras, que totalizaram R\$ 51,174 milhões, devido ao acréscimo de provisões para crédito em função da pandemia e também da redução sem precedentes da Selic, que afetou a rentabilidade das nossas aplicações financeiras.

Desse resultado geral, R\$ 10,7 milhões já retornaram aos cooperados no último dia útil do ano, na forma de juros sobre o capital social. E, diferente do que ocorre na maioria das cooperativas brasileiras, reafirmamos o compromisso de remunerar o capital social dos cooperados em 100% da Selic, que é o limite máximo estabelecido pela legislação.

A pandemia também não impediu nosso investimento em infraestrutura. Serrana, Cajobi, Morro Agudo, Terra Roxa e Sertãozinho ganharam agências mais amplas,

modernas e com espaço de convivência favorável ao relacionamento interpessoal, principal diferencial do cooperativismo.

Investimos R\$ 5 milhões em um novo data center, o Centro Tecnológico Cocred Décio Rosa, com o dobro da capacidade de armazenamento e processamento de dados, garantindo serviços mais seguros e eficientes, e permitindo que o volume de operações possa crescer sem limitações.

Alinhados ao sétimo princípio do cooperativismo, que é trabalhar pelo desenvolvimento e bem-estar da comunidade, também promovemos ações com o intuito de amenizar as dificuldades impostas pela pandemia, como a doação de um respirador à Santa Casa de Sertãozinho e de 5 mil cestas básicas a famílias que já viviam em situação de risco antes mesmo da Covid-19.

Na fase mais rígida do isolamento social, apoiamos lives solidárias de duplas sertanejas (Lucas & Luan, Matogrosso & Mathias, Munhoz & Mariano e Clube da Viola), que arrecadaram doações para hospitais, instituições sociais e famílias em situação de vulnerabilidade, e promovemos o Antena -

Ciclo de Palestras e Debates, em formato digital, com o economista Ricardo Amorim.

Ainda em atenção à condição dos nossos cooperados, prorrogamos por 90 dias as parcelas das principais linhas de empréstimos e financiamentos, com vencimentos entre 30 de março e 28 de junho, o período mais crítico da pandemia, beneficiando 5 mil pessoas físicas e jurídicas.

Todos esses resultados estão detalhados neste relatório, atestando a máxima que repetimos com frequência: é em tempos de crise que o cooperativismo mais cresce. Não porque o modelo é alicerçado em práticas vorazes de mercado, mas em função de valores intrínsecos, como união, cooperação e solidariedade.

E por esse motivo, independente das incertezas em relação ao futuro, estamos confiantes no trabalho que será desenvolvido em 2021. Da nossa parte, continuaremos envidando esforços para oferecer os melhores produtos e serviços financeiros, além de excelentes oportunidades de negócios, em sintonia com a constante evolução do mercado e do cooperativismo.

**Conselho de Administração e
Diretoria Executiva**



A SICOOB COCRED

NOSSO SISTEMA

A Cored integra o Sistema de Cooperativas Financeiras do Brasil (Sicoob), o maior sistema financeiro cooperativo do país, com 5 milhões de cooperados, e a oitava maior instituição financeira brasileira, com ativos totais na ordem de R\$ 117,2 bilhões, segundo a edição mais recente do anuário Valor 1000, do Jornal Valor Econômico.

Com 3 mil pontos de atendimento em todos os estados da federação, o Sicoob está presente em 1.972 localidades brasileiras e é a única instituição financeira com atendimento pleno em 304 municípios. Além disso, o aplicativo Sicoob é uma ferramenta completa para administração da vida financeira sem sair de casa.

Por fim, os depósitos em cooperativas financeiras têm a proteção do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), que oferece aos depositantes e investidores a mesma garantia dos bancos comerciais, mas com todos os benefícios do cooperativismo, como atendimento humano e personalizado.



1969

Grupo de 106 produtores rurais de Sertãozinho e região fundam a cooperativa



1975

Começa a fornecer talões de cheques e abrir contas correntes



1989

Filiação à Central Cocecrer (hoje, Sicoob SP)



1997

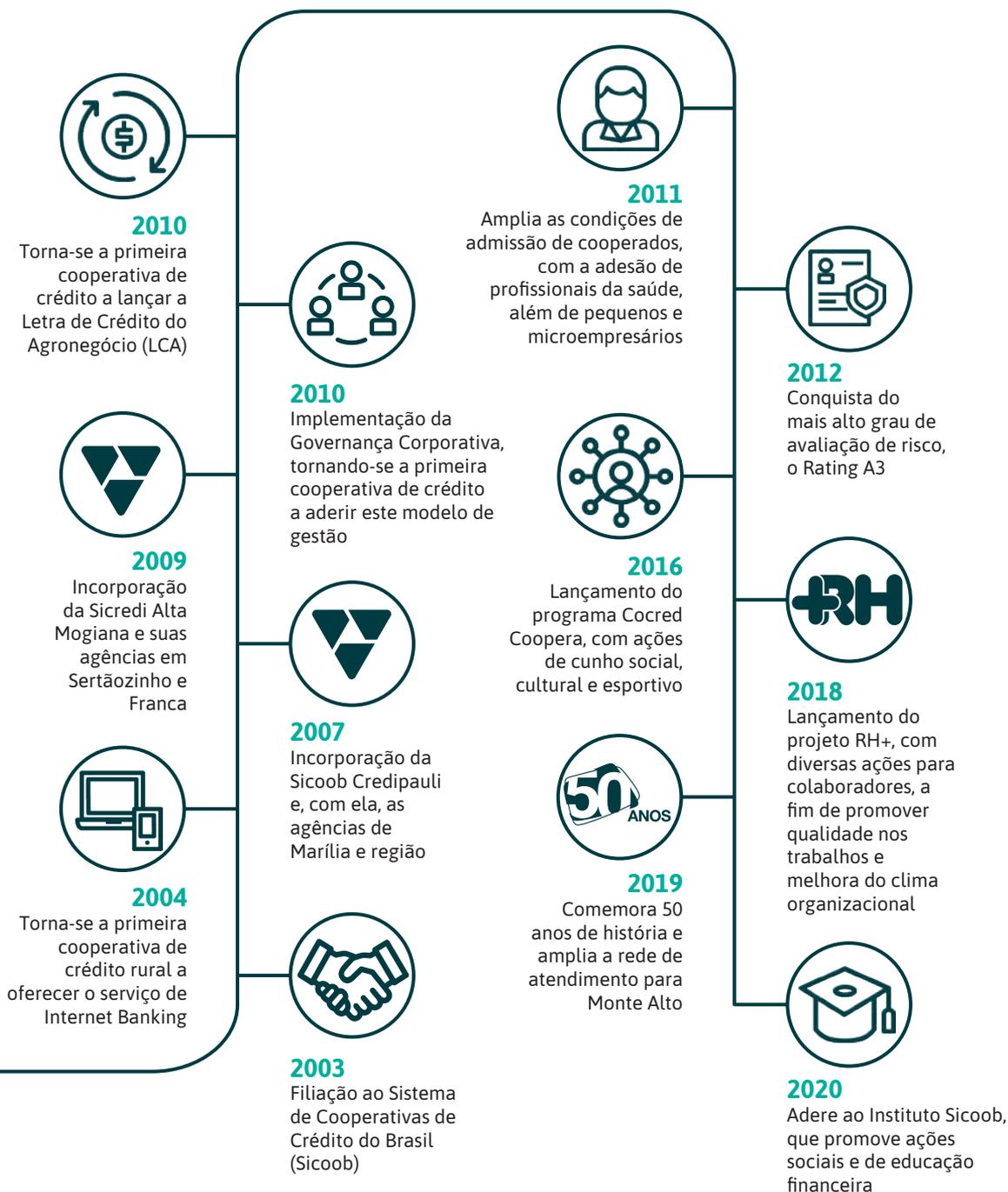
Inauguração da agência em Pitangueiras, a primeira fora de Sertãozinho



1997

Criação do Banco Cooperativo do Brasil (Bancoob) e ampliação do portfólio de produtos

NOSSA HISTÓRIA



NOSSA COOPERATIVA

Quando o homem se une por um objetivo comum, transforma a história. Quando o meio é a cooperação, sempre dá certo. É com esse princípio que a Cocred atua há 51 anos, com a certeza de que o cooperativismo pode promover justiça financeira e prosperidade.

Criada com o intuito de estimular a atividade agropecuária na região de Sertãozinho, oferecendo recursos com prazos e juros melhores aos produtores rurais, a Cocred carrega em suas raízes o ideal de uma sociedade mais justa, equilibrada e com melhores oportunidades para todos.

Hoje, a Cocred oferece produtos e serviços a pessoas físicas e jurídicas de todos os segmentos, fomentando a economia nas 28 cidades onde está presente, gerando um círculo virtuoso a partir da expansão das riquezas regionais e da melhoria da qualidade de vida local.



| PROPÓSITO

Conectar pessoas para promover justiça financeira e prosperidade.



| MISSÃO

Promover soluções e experiências inovadoras e sustentáveis por meio da cooperação.



| VISÃO

Ser referência em cooperativismo, promovendo o desenvolvimento econômico e social das pessoas e comunidades.



| VALORES

- Respeito e valorização das pessoas;
- Excelência, cooperativismo e sustentabilidade;
- Ética e integridade;
- Liderança inspiradora;
- Inovação e simplicidade.

NOSSOS NÚMEROS



33
agências



28
municípios



43,7 mil
cooperados



549
colaboradores

MAPA DE ATUAÇÃO



AGÊNCIAS

Barretos	Franca	Ocaçu	Serrana
Barrinha	Jaborandi	Paulo de Faria	Sertãozinho
Bastos	Jardinópolis	Pitangueiras	Severínia
Batatais	Lins	Pontal	Terra Roxa
Cajobi	Marília	Ribeirão Preto	Tupã
Cajuru	Monte Alto	Sta. Rosa de Viterbo	Vera Cruz
Cravinhos	Morro Agudo	São José do Rio Preto	Viradouro

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Política de Governança Corporativa trata dos aspectos de representatividade e participação, direção estratégica, gestão executiva, fiscalização e controle, e contempla a aplicação dos princípios de segregação de funções na transparência, ética, equidade, educação cooperativista, responsabilidade corporativa e prestação de contas.

A responsabilidade pela governança é da Diretoria Executiva, por delegação do Conselho de Administração, que representa os cooperados e é eleito em Assembleia Geral Ordinária (AGO), com mandato de quatro anos consecutivos.

O Conselho de Administração é responsável pelas políticas administrativas e operacionais, pela aprovação do Planejamento Estratégico e do Plano de Continuidade de Negócios,

pela indicação e supervisão da Diretoria Executiva e ainda zelar pela proteção do capital dos cooperados.

A Diretoria Executiva, por sua vez, é subordinada ao Conselho de Administração e, atualmente, está composta por quatro grandes áreas: Administrativa e Financeira, Negócios, Crédito, Controles Internos e Riscos. Entre os instrumentos de gestão, destacam-se:



PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Processo contínuo, dinâmico, flexível, interativo e sistemático para promover decisões, priorizar, implementar, monitorar e avaliar ações baseadas na análise dos fatores internos e externos que afetam ou podem afetar a cooperativa. A Cocred adota esse instrumento há anos e o documento mais recente fixa os objetivos estratégicos até 2022.



GESTÃO DE RISCOS

Os departamentos de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento do Terrorismo (PLD/FT), Gerenciamento de Riscos e Capital, Controles Internos e Compliance, e Prevenção e Respostas a Incidentes desenvolvem ações sistematicamente, com o intuito de fazer cumprir as regras, políticas, procedimentos e controles internos.



AUDITORIA INTERNA

O programa anual de Auditoria Interna tem por missão averiguar o cumprimento de todos os procedimentos descritos em políticas e normativos internos. Esse programa e seus respectivos relatórios, contendo recomendações internas, somados às orientações dos auditores externos, contribuem para o aperfeiçoamento contínuo dos controles da cooperativa.



CONTINUIDADE DE NEGÓCIOS

A Cocred possui um Plano de Continuidade de Negócios (PCN) moderno e seguro, alinhado com o que é praticado nas principais instituições financeiras do país. Nesse documento estão descritos os procedimentos que devem orientar os colaboradores, previamente treinados, caso ocorram incidentes e situações de crise.



AUDITORIA EXTERNA

A Cocred conta com a PwC - PricewaterhouseCoopers para a realização da Auditoria Externa. A empresa, que faz parte das "Big Four" (quatro maiores organizações de auditoria do mundo), audita as demonstrações financeiras da cooperativa e o sistema de controles internos, fornecendo pareceres e relatórios de recomendações para a Administração.



CANAIS DE COMUNICAÇÃO

Estão disponíveis aos cooperados, colaboradores, parceiros de negócios e à comunidade quatro canais de comunicação com a Cocred: Fale Conosco, Ouvidoria, Canal de Indícios de Ilícitude e o recém-lançado Canal de Ética. Esses espaços estão abertos a receber reclamações, denúncias, críticas e sugestões para aperfeiçoamento das ações da cooperativa.

Todas as informações sobre a Governança Corporativa, bem como regulamentos e políticas referentes a ela, e ainda os demonstrativos financeiros da Sicoob Cocred, estão disponíveis na página Relacionamento com o Cooperado (RCC), dentro do site da cooperativa. Este é mais um canal que demonstra a responsabilidade e transparência da gestão, fortalecendo a Governança Corporativa.

DEMONSTRAÇÃO DE VALOR ADICIONADO

Os recursos aplicados na cooperativa são reinvestidos na própria região, incrementando a renda e o emprego, contribuindo para a fixação dos jovens nas comunidades, ampliando o consumo, gerando impostos, potencializando investimentos do poder público em projetos educacionais, sociais e de infraestrutura, aumentando o faturamento e aperfeiçoando a capacidade produtiva das empresas, ou

seja, originando novas riquezas. Tudo isso repercute na melhoria da qualidade de vida não só dos cooperados, mas de toda a população. Assim, a Demonstração de Valor Adicionado (DVA) sinaliza a capacidade de geração de riqueza da Cocred e a forma como é distribuída entre os agentes que interagem com a cooperativa. Em 2020, a DVA somou R\$ 615.652.338,39.



R\$ 57.420.074,59 COLABORADORES

Investimento em nossos colaboradores, por meio de salários, benefícios, formação acadêmica e cursos de capacitação.



R\$ 90.331.716,61 FORNECEDORES

Investimento em nossos fornecedores, por meio de aquisições de novas estruturas e instalações, softwares e sistemas, além de produtos e serviços em geral.



R\$ 424.209.929,26 COOPERADOS

Investimento em nossos cooperados, por meio de constituição de reservas estatutárias e FATES, retorno sobre o capital investido, Sobra distribuída em capital, Sobra distribuída em espécie e resultado social econômico da cooperativa.



R\$ 42.544.591,93 ÓRGÃOS PÚBLICOS

Investimento em órgãos públicos e governo, por meio de recolhimento de impostos, taxas e contribuições.



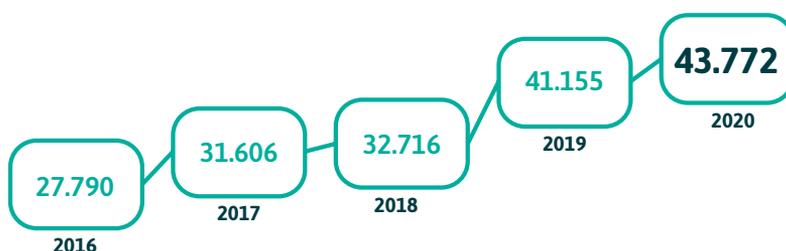
R\$ 1.146.026,00 SOCIEDADE

Investimento na sociedade, por meio de arrecadações com projetos sociais, da realização de projetos educacionais e de apoio cultural, e de ações filantrópicas.

NOSSOS COOPERADOS

Investir e acreditar nas pessoas. Apostar nos projetos e valorizar os sonhos. Essa é a força motriz da Cocred e que, por consequência, faz a cooperativa crescer ano após ano, se tornando agente de desenvolvimento econômico e social. A cooperativa encerrou

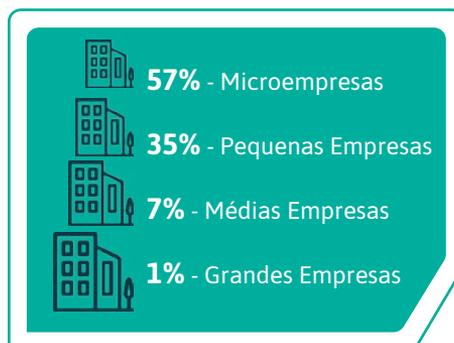
2020 com 43.772 cooperados, o que representa um crescimento de 6% em relação ao ano anterior e demonstra que cada vez mais pessoas despertam interesse pelo modelo de negócio cooperativista.



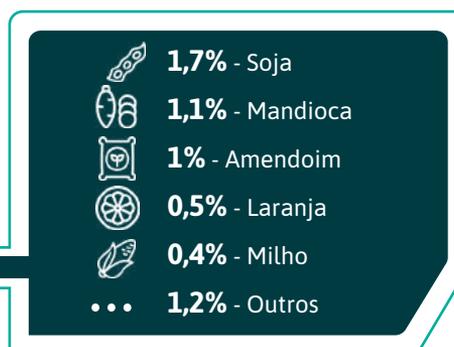
Pessoas Físicas – 69%



Pessoas Jurídicas – 31%



Produtores Rurais - 13.289



PROXIMIDADE

A Cocred investe na ampliação da rede de atendimento e na modernização das agências, porque acredita que um bom relacionamento é pautado pela proximidade. É o serviço personalizado que faz toda a diferença. Por isso, em

2020, a cooperativa reinaugurou cinco agências nos municípios de Serrana, Sertãozinho, Cajobi, Morro Agudo e Terra Roxa, oferecendo mais conforto e comodidade aos cooperados.



Agência da Sicoob Cocred em Cajobi-SP



NOSSOS COLABORADORES

Nossa equipe é a chave do que realizamos. O sucesso da Cocred é fruto do comprometimento, dedicação, integridade e habilidade desse time, cujo perfil é predominantemente jovem, com elevado grau de escolaridade e a maioria com tem até seis anos de casa, o que se deve à acelerada expansão da cooperativa nos últimos anos.

Ao todo, somos 549 colaboradores. Vale destacar que as mulheres representam a maioria do quadro profissional (54%) e também 32% dos cargos de gestão, o que demonstra a preocupação da administração em evoluir cada vez mais a equidade de gênero dentro da cooperativa

Sexo



54%

Feminino



46%

Masculino

Apoio aos jovens



4,1%

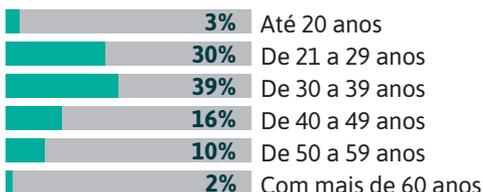
Estagiários



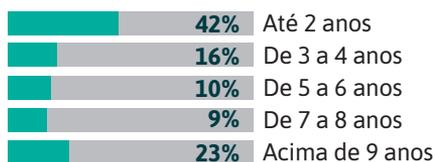
2,8%

Aprendizes

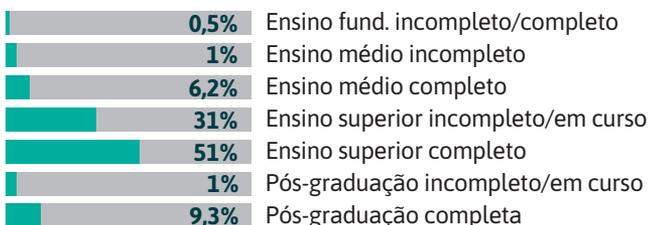
Faixa etária



Tempo de casa



Nível de escolaridade





PROJETOS E AÇÕES

Nossos colaboradores são cobertos por Acordo Coletivo de Trabalho e entre os principais benefícios oferecidos estão: auxílio-refeição e alimentação, auxílio-transporte ou combustível, assistência médica (Unimed, São Francisco ou Sermed) e odontológica, auxílio-enxoval para gestantes, auxílio-creche ou babá, auxílio-funeral, seguro de vida e clube de lazer.



Semana Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho (Sipat) no formato online, possibilitando a participação dos colaboradores da Sede e dos PAs.



Campanha de Vacinação: em torno de 400 doses de vacina contra a gripe foram oferecidas gratuitamente aos colaboradores interessados.



Incentivo à participação de colaboradores em congressos e convenções de forma online.



Concessão de bolsas de estudos para o desenvolvimento dos colaboradores.



Concessão da 13ª cesta de alimentação por meio de crédito em cartão vale-alimentação.



Reconhecimento dos colaboradores a cada quinquênio de trabalho.



Reconhecimento dos colaboradores que concluem o ensino superior com apoio da cooperativa por meio de bolsas de estudos.



Treinamento aos integrantes dos conselhos de Administração e Fiscal.



Campanhas de aculturação de Riscos, Controles Internos e Compliance no formato online, possibilitando a participação dos colaboradores da Sede e PAs.



2ª Convenção de Vendas para colaboradores da equipe de Negócios da Sede e dos PAs.



Política de Apoio que prevê ausência por internação hospitalar do cônjuge, filhos, pai e mãe (três dias por ano), e ausência para acompanhar cônjuge (16 horas por ano) ou filhos com até 18 anos (24 horas por ano) a consultas médicas.



Visando proteger e promover a saúde de todos os colaboradores e prestadores de serviços, a cooperativa realizou a distribuição de máscaras reutilizáveis, passou a aferir a temperatura corporal no início da jornada de trabalho, instalou totens com álcool em gel na Sede e nos PAs e determinou o home office aos que integram grupos de risco. Também foi implantado um Comitê Interno de Combate à Covid-19 para acompanhar os casos suspeitos e confirmados de infecção, bem como estabelecer um fluxo de ações a serem seguidas, após o contato de colaboradores com pessoas infectadas pelo novo coronavírus, de forma a preservar a saúde de todos.

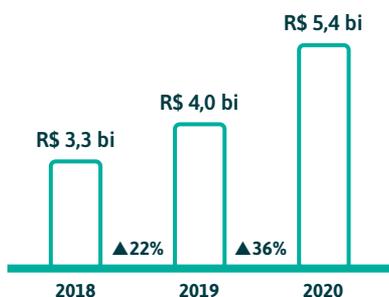


EVOLUÇÃO

INDICADORES DE DESEMPENHO

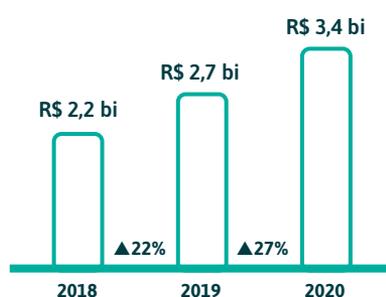
Os indicadores de desempenho são ferramentas essenciais para diagnosticar e acompanhar os resultados da cooperativa, assim como fornecer dados que auxiliem os cooperados nos processos decisórios. Os índices de 2020 sinalizam a excelente saúde econômico-financeira da Cocred, que seguiu em expansão e evolução, apesar da pandemia da Covid-19.

Vale destacar que, sendo instrumento de desenvolvimento regional, a cooperativa reinveste os recursos nas próprias comunidades onde atua, ou seja, o resultado monetário gerado é aplicado na sociedade, produzindo novas riquezas e gerando um círculo virtuoso de prosperidade socioeconômica.



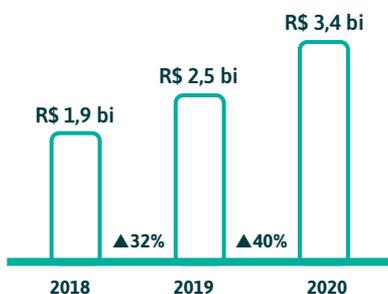
ATIVOS TOTAIS

Conjunto de bens e direitos da cooperativa, os ativos demonstram o porte da instituição financeira e o quanto os negócios são geridos de forma responsável. O crescimento perene e sustentável da Cocred é resultado de um trabalho sério e forte no atendimento aos cooperados, oferecendo sempre os melhores produtos e serviços. Em 2020, a Cocred cresceu 36% em ativos, que totalizaram R\$ 5,4 bilhões. Há oito anos a cooperativa não apresentava um resultado tão expressivo, o que consolida sua posição entre as maiores e mais sólidas instituições financeiras cooperativas do país.



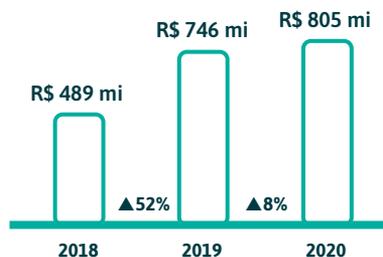
CARTEIRA DE CRÉDITO

A carteira de crédito da Cocred cresceu 27% em 2020, alcançando o valor de R\$ 3,4 bilhões. Esta evolução de R\$ 700 milhões demonstra que a cooperativa se mantém próxima de seus cooperados e nunca os abandona, especialmente em tempos de crise.



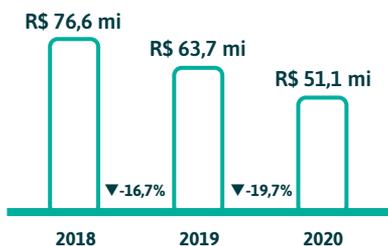
DEPÓSITOS TOTAIS

O crescimento representativo de 40% na carteira de depósitos à vista, a prazo, aplicações em Letras de Crédito do Agronegócio (LCA) e Letras de Crédito Imobiliário (LCI), que representa uma evolução de quase R\$ 1 bilhão, reflete a confiança que os cooperados depositam na Cocred.



PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Principal indicador de solidez e resiliência da cooperativa, o patrimônio líquido cresceu 8%, em 2020, e alcançou a marca de R\$ 805 milhões. Além disso, a Cocred remunerou mais uma vez o Capital Social dos cooperados em 100% da taxa Selic, comprovando a segurança em investir na capitalização da cooperativa.



SOBRAS

A Cocred se orgulha de nunca ter apurado resultados negativos em 51 anos de história. Em 2020, isso não foi diferente. Mesmo em meio à pandemia da Covid-19, a cooperativa registrou Sobras de R\$ 51,1 milhões. Vale destacar que R\$ 10,7 milhões desse resultado já retornaram aos cooperados na forma de remuneração sobre o capital social. A queda do resultado geral se deve à redução acentuada da Selic, a taxa básica de juros estipulada pelo Banco Central, que chegou ao menor patamar histórico de 2%, e ao conservadorismo da administração da cooperativa em relação a provisões para créditos.

Com visão global e atuação local, atuando de maneira positiva na geração de riqueza aos cooperados e, ao mesmo tempo, fomentando o desenvolvimento das comunidades onde está inserida, a Sicoob Cocred se destaca como instrumento propulsor de uma sociedade financeiramente mais igualitária, inclusiva e sustentável.

PRODUTOS E SERVIÇOS

Os cooperados têm acesso a um portfólio completo de produtos e serviços financeiros, como conta corrente, linhas de investimento e de crédito, cartões, previdência, consórcio, seguros, cobrança e muito mais, com tarifas mais justas e melhores condições de pagamento.

Isso acontece porque o cooperado não é apenas um cliente. Ao se associar, ele se torna dono do negócio, com direito a participar das decisões e a receber os resultados financeiros, que acabam sendo reinvestidos no desenvolvimento regional, beneficiando toda a comunidade.



CARTÕES

2018 - R\$ 169,72 milhões
2019 - R\$ 235,23 milhões
2020 - **R\$ 292,69 milhões**



COBRANÇA (VOLUME LÍQUIDO)

2018 - R\$ 1,786 bilhão
2019 - R\$ 2,297 bilhão
2020 - **R\$ 3,146 bilhões**



MAQUININHA DE CARTÃO SIPAG

2018 - R\$ 911 milhões
2019 - R\$ 1,057 bilhões
2020 - **R\$ 958 milhões**



POUPANÇA

2018 - R\$ 82,8 milhões
2019 - R\$ 93,3 milhões
2020 - **R\$ 123,6 milhões**



CONSÓRCIO

2018 - R\$ 69,58 milhões
2019 - R\$ 115,96 milhões
2020 - **R\$ 129,18 milhões**



SEGURO

2018 - R\$ 3 milhões
2019 - R\$ 6,88 milhões
2020 - **R\$ 10,88 milhões**



CONSIGNADO

2018 - R\$ 6,86 milhões
2019 - R\$ 5,60 milhões
2020 - **R\$ 7,71 milhões**



SUSTENTABILIDADE

GANHO SOCIAL DO COOPERADO

Gerar impactos positivos e fomentar o desenvolvimento de maneira sustentável, ética e transparente são compromissos que permeiam a missão da Cocred. Toda riqueza que a cooperativa gera, inclusive praticando juros menores e tarifas justas, beneficia os cooperados e contribui para equilibrar o mercado.

Os valores a seguir representam a economia que a Cocred proporcionou aos cooperados nas movimentações realizadas em 2020, em comparação com as taxas de produtos e serviços ofertados pelo sistema bancário. Em outras palavras, ao movimentar com a cooperativa, cada cooperado economizou no último ano cerca de R\$ 14.950,53.

PRODUTOS	SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL	SICOOB COCRED	VALOR ECONOMIZADO EM 2020	
	TAXA MÉDIA MENSAL	TAXA MÉDIA MENSAL		
Juros	Cheque Especial (PF)	6,76%	3,92%	R\$ 18.925.266,42
	Empréstimos	2,46%	0,81%	R\$ 318.926.789,38
	Financiamento de Veículos (PF)	1,48%	0,91%	R\$ 170.777,60
	Cartão de Crédito (rotativo)	12,53%	8,23%	R\$ 1.996.081,43
	Cartão de Crédito (parcelado)	7,99%	7,00%	R\$ 102.021,21
	Cheque Especial (PJ) - conta garantida	2,22%	2,97%	-R\$ 9.773.596,63
	Títulos Descontados	1,83%	1,43%	R\$ 3.759.468,98
	Financiamento de Veículos (PJ)	0,94%	0,84%	R\$ 61.607,71
	Financiamento de Bens e Serviços (PJ)	0,98%	0,68%	R\$ 102.920,84
		Total juros	R\$ 334.271.336,94	
Tarifas	Tarifas PF	R\$ 53,67	R\$ 14,41	R\$ 8.288.643,68
	Tarifas PJ	R\$ 155,01	R\$ 56,73	R\$ 13.772.667,65
			Total tarifas	R\$ 22.061.311,33
Consórcio	Consórcio de imóveis	18,47%	7,84%	R\$ 134.496,75
	Consórcio de caminhões	12,76%	7,53%	R\$ 23.225,03
	Consórcio de veículos	13,46%	6,70%	R\$ 58.200,27
	Consórcio de motos	14,30%	6,28%	R\$ 1.118,59
	Consórcio de outros bens	15,05%	9,49%	R\$ 847,99
	Consórcio de serviços	16,44%	8,07%	R\$ 2.293,59
		Total consórcio	R\$ 220.182,23	
Adquirência (Maquininha de cartões)	Adquirência Débito (MDR)	1,95%	1,27%	R\$ 3.848.085,10
	Adquirência Crédito (MDR)	3,08%	1,85%	R\$ 4.663.509,55
	Adquirência Parcelado (MDR)	5,85%	2,75%	R\$ 9.429.582,18
	Adquirência (Antecipação)	2,84%	1,87%	R\$ 11.948.466,33
		Total adquirência	R\$ 29.889.643,16	
		Economia total	R\$ 386.442.473,66	
		Sobras Brutas	R\$ 51.174.584,13	
		Cooperados Ativos	29.271	
		Valor Economizado (média por cooperado)	R\$ 14.950,53	

Elaboração: Sicoob Cocred

VAMOS JUNTOS SUPERAR!

O modelo cooperativista é, acima de tudo, humano, porque é feito de pessoas para pessoas, com os cooperados sempre no centro das decisões. De forma perene, o cooperativismo de crédito busca realizar ações em benefício dos cooperados e da comunidade, que se tornam ainda mais necessárias em momentos de adversidade, como a pandemia da Covid-19.

Nesse momento delicado para toda a sociedade, de todo o planeta, ficamos impedidos de dar as mãos, mas conseguimos unir atitudes. Promovendo a campanha “Vamos Juntos Superar!”, a Cocred empenhou esforços para atender os cooperados e a população, com a certeza de que é nos momentos de fragilidade que o espírito cooperativista faz toda a diferença.

SOLIDARIEDADE



A Cocred doou 5 mil cestas básicas, o equivalente a 120 toneladas de alimentos não perecíveis, a famílias que já viviam em situação de risco, antes mesmo da pandemia da Covid-19. Os kits foram entregues aos Fundos Sociais de Solidariedade e às secretarias de Assistência Social dos municípios onde a cooperativa atua, que se encarregaram de distribuir os alimentos.

ASSISTÊNCIA EM SAÚDE



Dados publicados no The New England Journal of Medicine apontam que 6% dos pacientes hospitalizados com Covid-19 precisam de respiração assistida. Ao manter a oxigenação, quando os pulmões perdem capacidade respiratória, os ventiladores mecânicos são a última esperança para a maioria dos pacientes gravemente afetados pelo novo coronavírus.

Nesse sentido, com o intuito de contribuir com o serviço público de saúde e, logicamente, salvar o maior número de vidas, a Cocred doou um respirador e mais R\$ 4 mil – destinados à compra de equipamentos de proteção individual – à Santa Casa de Sertãozinho, cidade onde a cooperativa nasceu e mantém a sede administrativa até os dias de hoje.

MAIS PRAZO E CRÉDITO



Enquanto a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) orientou a prorrogação dos vencimentos das dívidas dos clientes bancários por 60 dias, a Cocred, pensando no melhor aos cooperados, estendeu o prazo por 90 dias. A medida foi aplicada aos contratos sem atraso, nas principais linhas de empréstimos e financiamentos, com vencimentos entre 30 de março e 28 de junho. Ao todo, R\$ 60 milhões em crédito foram adiados, beneficiando 5 mil cooperados.

ANTENA SICOOB COCRED



Diante das incertezas em relação ao futuro econômico do Brasil e do mundo, a Cocred promoveu o “Antena - Circuito de Palestras e Debates” pela primeira vez em formato digital, com a participação do economista Ricardo Amorim. O encontro on-line ocorreu pelos canais da Cocred no YouTube e Facebook, e contou com a participação de 974 pessoas, superando o quórum dos eventos presenciais realizados nos anos anteriores.

PATROCÍNIO SOLIDÁRIO COCRED

Na fase mais rigorosa da quarentena, a Cocred encontrou mais uma forma de estar próxima dos cooperados e da comunidade: apoiando lives de duplas sertanejas que, ao mesmo tempo em que divertiram quem estava em casa, espantando o tédio e a ansiedade do isolamento social, abriram espaço para doações a hospitais e famílias em dificuldade financeira.



Sextou em Casa com Lucas & Luan
8 de maio de 2020
57,7 mil visualizações



Live in the Farm com Matogrosso & Mathias
17 de maio de 2020
1,7 milhão visualizações



Live Show com Munhoz & Mariano
26 de maio de 2020
750 mil visualizações



Live Show com Clube da Viola 25 Anos
17 de julho de 2020
104 mil visualizações

VALORES QUE VIRAM RESULTADOS

Diagnosticar, orçar, poupar, alcançar. Adotar hábitos financeiros sustentáveis e saudáveis. Tudo isso é possível por meio da educação financeira, importante aliada na conquista dos sonhos.

Nesse sentido, a Cocred estabeleceu no Planejamento Estratégico o objetivo de desenvolver ações que contribuam para a educação financeira, social e cooperativista nas cidades onde atua.

O primeiro passo para cumprir esse compromisso foi a adesão ao Instituto Sicoob, que há 16 anos trabalha para difundir

a cultura cooperativista, promovendo ações sociais e de educação financeira, baseando-se em três eixos de atuação: Cooperativismo e Empreendedorismo, Cidadania Financeira e Desenvolvimento Sustentável.

O Instituto Sicoob tem como finalidade o sétimo princípio do cooperativismo – o interesse pela comunidade – e sua metodologia está fundamentada no quinto princípio – educação, formação e informação. Além dessa fundamentação, o Instituto atua pautado nos “Objetivos de Desenvolvimento Sustentável”, definidos pela Organização das Nações Unidas (ONU).



VOLUNTÁRIO TRANSFORMADOR

A partir da adesão ao programa Voluntário Transformador, os colaboradores da Cocred têm a oportunidade de participar ativamente das ações do Instituto Sicoob, contribuindo com quem mais precisa e, conseqüentemente, com a construção de um mundo melhor. Ao todo, 70 colaboradores se tornaram Voluntários Transformadores em 2020, dispostos a contribuir de forma espontânea e comprometida com a transformação social.



PROJETE

A Cocred é parceira e incentivadora de “O Projete”, programa socioeducativo gratuito que existe há sete anos e já transformou a vida de 600 estudantes de escolas públicas de Ribeirão Preto, ensinando conceitos de educação financeira, empreendedorismo e empregabilidade.

Em 2020, em função das aulas virtuais, por consequência da pandemia, a cooperativa doou 14 computadores completos aos adolescentes que participaram do Projete, possibilitando a esses jovens – a maioria de baixa renda – assistir às aulas sem sair de casa, respeitando o isolamento social imposto como forma de conter o avanço do novo coronavírus.



Semana Nacional de
**EDUCAÇÃO
FINANCEIRA**

7ª ENEF

Levantamento realizado pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) aponta que 66,3% dos consumidores terminaram 2020 endividados, com destaque para dívidas no cartão de crédito e no cheque especial. Os dados reforçam a importância de aprender a planejar e traçar metas para melhorar hábitos de consumo.

Nesse sentido, alinhada à 7ª Semana da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), a Cocred promoveu uma série de ações, como a publicação de orientações em formato de texto e vídeo nas páginas da cooperativa nas redes sociais, abrangendo temas como Resiliência Financeira, Educação Previdenciária, Educação Securitária e Educação Fiscal.



A cooperativa também realizou uma palestra virtual com o consultor financeiro Gustavo Cerbasi, que contou com a participação de 200 pessoas, e distribuiu exemplares de “Caio achou uma moedinha”, o primeiro livro da Coleção Financinhas, publicado pelo Instituto Sicoob, a 300 cooperados e colaboradores.

TECNOLOGIA

Justamente porque tem como propósito conectar pessoas para promover justiça financeira e prosperidade, a Cocred investe continuamente no seu ambiente digital. Modernização tecnológica significa avanço em eficiência e segurança.

Em 2020, a cooperativa deu um grande passo nesse sentido com a inauguração de um novo data center, com investimento de R\$ 5 milhões. O Centro Tecnológico Cocred (CTC) tem o dobro de capacidade de armazenamento e processamento de dados.

Pela grandiosidade e importância do projeto, o CTC recebeu o nome de um dos fundadores e ex-presidente da cooperativa: o produtor rural Décio Rosa (1931-2013).

Além disso, tornou-se case nacional, citado no renomado portal de tecnologia Computer World.

Com o cenário pandêmico, a tecnologia também possibilitou uma conexão mais próxima com a Cocred, sem necessariamente estar em uma de suas agências. O volume de transações financeiras pelos canais digitais cresceu 42,4%, totalizando 62,4 milhões de operações.

Só no último ano, o número de clientes cadastrados no aplicativo Sicoob passou de 9.934 para 15.390, crescimento de 54%. A ferramenta conta com diversas funcionalidades, permitindo aos cooperados realizar operações financeiras onde e quando mais precisam.





DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O relatório de Demonstrações Financeiras expressa em detalhes os resultados do trabalho da Cocred no último ano. Os números sinalizam que, apesar das intempéries, a cooperativa se manteve sólida e equilibrada, graças ao modelo organizacional estruturado em planejamento estratégico, na profissionalização e no desenvolvimento de uma gestão por resultados.

Em última instância, o relatório demonstra os inúmeros benefícios que o

cooperativismo de crédito proporcionou aos cooperados e à comunidade em que vivem e trabalham.

Esse compromisso é aferido pela Auditoria Interna, departamento independente e subordinado ao Conselho de Administração, pela auditoria anual das demonstrações contábeis realizada pela PwC, uma das maiores e mais respeitadas empresas deste segmento no mundo, e ainda pela Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa (CNAC).

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	Nota	2020	2019
Circulante		3.332.721	2.424.898
Caixa e equivalentes de caixa	3	1.531.134	51.781
Disponibilidades		10.663	15.665
Centralização financeira		1.520.471	36.116
Instrumentos financeiros		326.743	1.105.900
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	266.101	239.030
Títulos e valores mobiliários	5	60.642	866.870
Operações de crédito	6	1.446.183	1.238.640
Empréstimos e direitos creditórios descontados		710.728	630.220
(-) Provisão para empréstimos e direitos creditórios descontados		(77.053)	(61.318)
Financiamentos		42.568	23.810
(-) Provisão para operações de financiamentos		(2.139)	(866)
Financiamentos rurais e agroindustriais		781.295	655.375
(-) Provisão para financiamentos rurais e agroindustriais		(9.216)	(8.581)
Outros créditos	7	28.524	28.442
Avais e fianças honrados		1.278	278
Rendas a receber		918	154
Diversos		29.277	30.941
Créditos tributários		709	436
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa		(3.658)	(3.367)
Outros valores e bens	8	137	135
Outros valores e bens		50	67
Despesas antecipadas		87	68
Não circulante		2.109.207	1.575.990
Instrumentos financeiros		151.003	81.472
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	429	203
Títulos e valores mobiliários	5	150.574	81.269
Operações de crédito	6	1.680.889	1.212.352
Empréstimos e direitos creditórios descontados		1.118.631	695.108
(-) Provisão para empréstimos e direitos creditórios descontados		(145.354)	(82.783)
Financiamentos		106.442	41.310
(-) Provisão para operações de financiamentos		(4.395)	(1.359)
Financiamentos rurais e agroindustriais		610.658	567.032
(-) Provisão para financiamentos rurais e agroindustriais		(5.093)	(6.956)
Outros créditos	7	57.418	79.552
Diversos		52.025	77.922
Devedores por depósitos em garantia		13.079	12.243
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa		(7.686)	(10.614)
Outros valores e bens	8	50.422	69.014
Outros valores e bens		59.641	69.426
(-) Provisão para desvalorização de outros valores e bens		(9.219)	(412)
Investimentos	9	110.852	104.360
Participação em Cooperativa Central de Crédito		51.509	48.859
Participação em instituições financeiras		59.222	55.401
Participações em Cooperativa, exceto Coop. Central de Crédito		83	83
Outros investimentos		38	17
Imobilizado de Uso	10	55.666	28.342
Outras Imobilizações de Uso		81.772	51.832
(-) Depreciação Acumulada do Imobilizado		(26.106)	(23.490)
Intangível	11	2.957	898
Ativos Intangíveis		9.778	6.443
(-) Amortização Acumulada dos Ativos Intangíveis		(6.821)	(5.545)
TOTAL DO ATIVO		5.441.928	4.000.888

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

PASSIVO	Nota	2020	2019
Circulante		4.123.888	2.995.085
Depósitos	12	2.769.305	1.823.482
Depósitos à vista		546.591	354.246
Depósitos sob aviso			4.803
Depósitos à prazo		2.222.714	1.464.433
Recursos de aceite e emissão de títulos	13	702.510	647.725
Obrigações por emissão letras crédito agronegócio		570.457	647.725
Obrigações por emissão de letras de crédito imobiliário		132.053	
Obrigações por empréstimos e repasses	14	557.540	449.285
Repasses interfinanceiros		557.540	449.285
Outras obrigações		94.533	74.593
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		4	6
Sociais e estatutárias	15	29.928	20.796
Obrigações fiscais correntes e diferidas	16	2.868	3.763
Diversas	17	61.733	50.028
Não Circulante		512.135	259.845
Obrigações por empréstimos e repasses	14	478.777	242.083
Repasses interfinanceiros		476.836	239.787
Empréstimos no país - instituições oficiais		1.941	2.296
Outras obrigações		33.358	17.762
Sociais e estatutárias	15	1.536	1.616
Diversas	17		24
Provisão para contingências	18	31.822	16.122
Patrimônio líquido	19	805.905	745.958
Capital social		422.280	378.337
De domiciliados no país		422.503	378.498
(-) Capital a realizar		(223)	(161)
Reserva legal		185.315	168.719
Reserva de contingências		171.905	171.905
Sobras acumuladas		26.405	26.997
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		5.441.928	4.000.888

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS OU PERDAS

(EM MILHARES DE REAIS)

	Nota	2020	2019
Ingressos/receitas da intermediação financeira		391.456	395.955
Operações de crédito		342.202	339.816
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez		6.576	9.183
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		23.993	45.837
Ingressos de depósitos intercooperativos		18.685	1.119
Dispêndios/despesas da intermediação financeira		(245.705)	(256.781)
Operações de captação no mercado		(70.818)	(111.581)
Operações de empréstimos e repasses		(48.593)	(49.350)
Provisão para operações de créditos		(126.294)	(95.850)
Resultado bruto da intermediação financeira		145.751	139.174
Outros ingressos/receitas (dispêndios/despesas) operacionais		(83.622)	(70.018)
Ingressos/receitas de prestação de serviços		15.830	17.032
Ingressos/receitas de tarifas		9.846	6.719
Dispêndios/despesas de pessoal		(61.881)	(55.303)
Dispêndios/despesas administrativos	20	(54.943)	(50.124)
Dispêndios/despesas tributários		(1.959)	(2.733)
Outros ingressos/receitas operacionais	21	60.444	50.843
Outros dispêndios/despesas operacionais	22	(32.266)	(31.896)
Dispêndios/despesas de provisão para garantias prestadas		(18.693)	(4.556)
Resultado operacional		62.129	69.156
Outras receitas e despesas		(8.968)	(2.487)
Resultado antes dos tributos e participações		53.161	66.669
Imposto de renda sobre atos não cooperativos		(1.232)	(1.794)
Contribuição social sobre atos não cooperativos		(754)	(1.090)
Sobras do exercício		51.175	63.785
Juros sobre capital próprio		(10.786)	(19.887)
Sobras após juros sobre capital próprio		40.389	43.898

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES

(EM MILHARES DE REAIS)

PASSIVO	2020	2019
Sobras do exercício	51.175	63.785
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente	51.175	63.785

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(EM MILHARES DE REAIS)

PASSIVO	Nota	Capital social	Reserva legal	Reserva para contingências	Sobras acumuladas	Total
Em 31 de dezembro de 2018		315.487	136.661		37.428	489.576
Destinação das sobras de 2018	19.3	5.069	24.755		(37.428)	(7.604)
Admissões e retiradas de cooperados, líquidas		38.918				38.918
Constituição de Reserva para Contingências	19.5			171.905		171.905
Sobras do exercício					63.785	63.785
Realização de reserva legal - amortização de gastos com benfeitorias	19.4		(1.723)		1.723	
Proposta para destinações estatutárias e legais	19.2					
Juros sobre o capital integralizado		18.863			(19.887)	(1.024)
Reserva legal (25%)			9.026		(9.026)	
FATES (5%)					(1.805)	(1.805)
FATES - resultado de op. com não cooperados					(7.793)	(7.793)
Em 31 de dezembro de 2019		378.337	168.719	171.905	26.997	745.958
Destinação das sobras de 2019	19.3	5.433	10.000		(26.997)	(11.564)
Admissões e retiradas de cooperados, líquidas		28.012				28.012
Sobras do exercício					51.175	51.175
Realização de reserva legal - amortização de gastos com benfeitorias	19.4		(2.089)		2.089	
Proposta para destinações estatutárias e legais	19.2					
Juros sobre o capital integralizado		10.498			(10.786)	(288)
Reserva legal (25%)			8.685		(8.685)	
FATES (5%)					(1.737)	(1.737)
FATES - resultado de op. com não cooperados					(5.651)	(5.651)
Em 31 de dezembro de 2020		422.280	185.315	171.905	26.405	805.905

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

(EM MILHARES DE REAIS)

	Nota	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Sobras do exercício		51.175	63.785
Ajustes			
Depreciação e amortização	20	5.545	4.380
Provisão para perda com operações de créditos e outros créditos	6, 7 e 8	126.294	95.850
Provisão para contingências		15.700	(4.538)
Ganhos na venda de bens não de uso próprio	21	(1.686)	(7.512)
Juros sobre a venda de bens não de uso próprio	21	(4.672)	(7.131)
Desvalorização de outros valores e bens		9.103	2.567
Desvalorização de títulos e valores mobiliários		252	1.399
		201.711	148.800
Variações nos ativos e passivos			
Operações de crédito		(802.153)	(532.263)
Outros créditos		19.811	212.642
Depósitos judiciais		(723)	(2.196)
Outros bens e valores a receber		18.591	21.318
Títulos e valores mobiliários		709.372	(445.381)
Depósitos à vista, à prazo e sob aviso		945.823	437.514
Recursos de aceites cambiais e letras imobiliárias		54.785	164.728
Obrigações por empréstimos e repasses		344.949	41.852
Relações de interdependência		(3)	(1)
Obrigações sociais e estatutárias		1.664	(20.256)
Outras obrigações		6.579	(250)
Caixa proveniente das operações		1.500.406	26.507
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.986)	(2.884)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		1.498.420	23.623
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aporte de capital em investimentos	9	(6.492)	(28.816)
Recebimentos de investimentos	9 e 21	5.969	8.622
Aquisições de ativo imobilizado		(34.100)	(18.793)
Aquisições de ativo intangível		(892)	(755)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(35.515)	(39.742)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Admissões e retiradas de cooperados, líquidas		28.012	38.918
Sobras distribuídas	19,3	(11.564)	(7.604)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos		16.448	31.314
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		1.479.353	15.194
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3	51.781	36.587
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	3	1.531.134	51.781

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

SICOOB COCRED COOPERATIVA DE CRÉDITO

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito (“Sicoob Cocred” ou “Cooperativa”) é uma cooperativa de crédito singular de livre admissão de cooperados com sede em Sertãozinho - SP, instituição financeira não bancária, fundada em 27 de julho de 1969, filiada à Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo - Sicoob São Paulo (Nota 24) e acionista do Banco Cooperativo do Brasil S/A - BANCOOB.

A Sicoob Cocred possui Postos de Atendimento - PAs nos municípios de Barretos, Barrinha, Bastos, Batatais, Cajobi, Cajuru, Cravinhos, Franca, Jaborandi, Jardinópolis, Lins, Monte Alto, Marília, Morro Agudo, Ocaúçu, Paulo de Faria, Pitangueiras, Ponta, Ribeirão Preto, Santa Rosa do Viterbo, Serrana, Sertãozinho, Severínia, Terra Roxa, Tupã, Vera Cruz e Viradouro. Além dos municípios anteriormente citados, sua área de ação compreende os municípios de Adamantina, Altair, Altinópolis, Álvaro de Carvalho, Araçatuba, Araraquara, Bauru, Bebedouro, Borá, Brodowski, Campos Novos Paulista, Cássia dos Coqueiros, Catanduva, Colina, Colômbia, Dumont, Echaporã, Embaúba, Flórida Paulista, Garça, Getulina, Guaimbê, Guaíra, Guaraci, Guariba, Guataparã, Herculândia, Iacri, Icem, Inúbia Paulista, Jaboticabal, Júlio Mesquita, Lucélia, Luís Antônio, Lupércio, Lutécia, Mariápolis, Monte Azul Paulista, Nuporanga, Olímpia, Oriente, Orlândia, Oscar Bressane, Osvaldo Cruz, Paraíso, Parapuã, Pirangi, Pompéia, Pradópolis, Queiroz, Quintana, Rinópolis, Sales Oliveira, Santo Antônio da Alegria, São Carlos, São José do Rio Preto, São Simão, Serra Azul, Taiacu, Taiuva, e Vista Alegre do Alto, todos no Estado de São Paulo; e Uberaba e Uberlândia, no Estado de Minas Gerais. E área de admissão de associados limitada aos municípios integrantes dos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Paraná e Rio de Janeiro;

A Sicoob Cocred tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) o desenvolvimento de programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- (ii) proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados; e
- (iii) a formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

Em 24 de outubro de 2019, em Assembleia Geral Extraordinária foi realizada reforma ampla do estatuto social da Cooperativa, com destaque para a ampliação das condições de admissão e da área de atuação incluindo os Estados de Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Paraná e Rio de Janeiro.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"), considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente aquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, estando em conformidade com a regulamentação emanada do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil, tendo sido aprovadas pela administração em 27 de janeiro de 2021.

As demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Cooperativa no processo de aplicação das políticas contábeis. As demonstrações financeiras da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas-úteis do ativo imobilizado, provisão para perdas nas operações de crédito, provisão para contingências e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

2.2. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

a) Mudanças aplicadas nas presentes demonstrações financeiras

O Banco Central emitiu a Resolução CMN nº 4.720 em 30 de maio de 2019, a Resolução CMN nº 4.818 em 29 de maio de 2020, a Circular nº 3.959 em 4 de setembro de 2019, e a Resolução BCB nº 2 em 12 de agosto de 2020, as quais atualizaram determinadas premissas que devem ser consideradas para a elaboração das demonstrações financeiras obrigatórias, bem como os procedimentos mínimos que devem ser levados na elaboração das demonstrações financeiras em 2020.

A administração da Cooperativa, em razão dessa atualizações, realizou as seguintes principais alterações: i) apresentação do Balanço Patrimonial conforme a disposição das contas que foram baseadas na liquidez e na exigibilidade; ii) apresentação da Demonstração de Sobras ou Perdas considerando todos os grupos contábeis relevantes para compreensão do seu desempenho no período; e iii) divulgação da Demonstração do Resultado Abrangente – DRA, que antes não era requerida.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

Apresentamos a seguir um resumo sobre a avaliação da administração sobre nova norma que foi emitida pelos órgãos reguladores e que ainda não foi adotada pela Cooperativa, considerando a data definida para a sua entrada em vigor:

Resolução CMN 4.817, de 29 de maio de 2020. A norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, inclusive operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, estabelece critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão. A Resolução CMN 4.817/20 entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

A Cooperativa iniciou a avaliação dos impactos da adoção do novo normativo e não identificou, até a data de aprovação dessas demonstrações financeiras, qualquer impacto nas suas demonstrações financeiras futuras.

2.3. Reapresentação de informações comparativas

As informações financeiras comparativas relativas ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019, bem como as demonstrações das sobras ou perdas do exercício de 2019, estão sendo reapresentadas para prover um maior nível de detalhamento das rubricas, além da adoção de uma diferente composição e agrupamento de determinados grupos contábeis, adaptada às circunstâncias e orientações do Sicoob e novas diretrizes do Banco Central do Brasil, conforme aplicável.

As reapresentações acima descritas não resultaram em qualquer modificação dos saldos totais de ativos e passivos circulantes e não circulantes, ou do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2019.

No ativo, as rubricas de “Disponibilidades” e “Relações interfinanceiras” foram somadas e classificadas como “Caixa e equivalentes de caixa”. No passivo, as rubricas de “Obrigações sociais e estatutárias”, “Obrigações fiscais e previdenciárias” e “Provisão para contingências” foram classificadas no grupo de “Outras obrigações”, porém com manutenção do detalhamento das referidas rubricas.

A demonstração de sobras ou perdas apresentou reclassificações entre grupos contábeis, a saber:

(a) Reclassificação de “Outros ingressos operacionais” referente a: (i) recuperação de créditos baixados no valor de R\$ 25.902 para “Ingressos/receitas da intermediação financeira – Operações de crédito”; (ii) ingressos de depósitos intercooperativos no valor de R\$ 1.119 para “Ingressos/receitas da intermediação financeira – Ingressos de depósitos intercooperativos”;

(b) Reclassificação de receitas com tarifas da rubrica de “Ingressos/receitas de prestação de serviços” para rubrica específica de “Ingressos/receitas de tarifas” no valor de R\$ 6.719;

(c) Reclassificação de “Outros dispêndios/despesas operacionais” referente a: (i) juros sobre capital próprio no valor de R\$ 19.887, que foram revertidos dessa rubrica para uma linha específica ao final dessa demonstração financeira, e que também deixa de ser somado ao final dessa demonstração financeira; (ii) provisão para garantias prestadas no valor de R\$ 4.556 para rubrica específica de “Dispêndios/despesas de provisão para garantias prestadas”; e (iii) provisão para desvalorização de títulos e valores mobiliários no valor de R\$ 1.399 para “Outros dispêndios operacionais” para “Ingressos/receitas da intermediação financeira - Resultado de operações com títulos e valores mobiliários”;

(d) Reclassificação de “Resultado com instrumentos financeiros derivativos” no valor de R\$ 87 para a rubrica “Ingressos/receitas da intermediação financeiras – Resultado de operações com títulos e valores mobiliários”;

(e) Reclassificação de “Despesas não operacionais, líquidas” no valor de R\$ 2.487 para a rubrica de “Outras receitas e despesas”;

(f) Detalhamento de “Imposto de renda e contribuição social” em linhas específicas de “Imposto de renda sobre atos não cooperativos” e “Contribuição social sobre atos não cooperativos” nos valores de R\$ 1.793 e R\$ 1.090, respectivamente.

O impacto dessas reclassificações na demonstração de sobras ou perdas de 2019 é como segue:

	Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Ingressos/receitas da intermediação financeira	370.419	25.536	395.955
Operações de crédito	313.914	25.902	(a) 339.816
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez	9.183		9.183
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	47.322	(1.485)	(c) (d) 45.837
Ingressos de depósitos intercooperativos		1.119	(a) 1.119
Dispêndios/despesas da intermediação financeira	(256.781)		(256.781)
Operações de captação no mercado	(111.581)		(111.581)
Operações de empréstimos e repasses	(49.350)		(49.350)
Provisão para operações de créditos	(95.850)		(95.850)
Resultado bruto da intermediação financeira	113.638	25.536	139.174
Outros ingressos/receitas (dispêndios/despesas) operacionais	(64.369)	(5.649)	(70.018)
Ingressos/receitas de prestação de serviços	23.751	(6.719)	(b) 17.032
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(87)	87	(d)
Ingressos/receitas de tarifas		6.719	(b) 6.719
Dispêndios/despesas de pessoal	(55.303)		(55.303)
Dispêndios/despesas administrativos	(50.124)		(50.124)
Dispêndios/despesas tributários	(2.733)		(2.733)
Outros ingressos/receitas operacionais	77.864	(27.021)	(a) 50.843
Outros dispêndios/despesas operacionais	(57.737)	25.841	(c) (31.896)
Dispêndios/despesas de provisão para garantias prestadas		(4.556)	(c) (4.556)
Resultado operacional	49.269	19.887	69.156
Despesas não operacionais, líquidas	(2.487)	2.487	(e)
Outras receitas e despesas		(2.487)	(e) (2.487)
Resultado antes dos tributos e participações	46.782	19.887	66.669
Imposto de renda e contribuição social	(2.884)	2.884	(f)
Imposto de renda sobre atos não cooperativos		(1.794)	(f) (1.794)
Contribuição social sobre atos não cooperativos		(1.090)	(f) (1.090)
Sobras do exercício antes da reversão dos juros sobre capital próprio	43.898	19.887	63.785
Reversão de juros sobre capital próprio	19.887	(19.887)	(c)
Sobras do exercício	63.785	-	63.785

2.4. Continuidade dos Negócios e efeitos da pandemia de COVID-19 “Novo Coronavírus”

A Administração da Cooperativa está atenta aos potenciais impactos econômicos provenientes da pandemia provocada pelo Novo Coronavírus. Até a data de aprovação dessas demonstrações financeiras, a Administração não identificou impactos materiais em suas demonstrações financeiras causados pela pandemia, entretanto se a pandemia se estender, seus efeitos podem vir a ser materiais nos resultados operacionais futuros da Cooperativa.

Na data em que foi autorizada a emissão dessas demonstrações financeiras, a administração da Cooperativa avaliou que não havia incertezas relevantes que pusessem em dúvida a sua capacidade de operação futura, bem como não identificou qualquer situação que pudesse afetar as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 decorrentes dos possíveis impactos da COVID-19.

Mesmo com ineditismo da situação, tendo em vista a experiência da Cooperativa no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com auxílio das estruturas centralizadas do Sicoob, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível ou causar impactos substanciais em sua estrutura financeira. A Cooperativa junto a seus associados, colaboradores e a comunidade, está fazendo a sua parte para evitar a propagação do Novo Coronavírus, seguindo as recomendações e orientações dos órgãos de Saúde, e adotando alternativas que auxiliam no cumprimento da nossa missão.

2.5. Descrição das principais políticas contábeis adotadas

As principais políticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações financeiras estão definidas a seguir:

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência. As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias a contar da data de aquisição.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

e) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são avaliados pelo custo acrescido dos rendimentos ou valor de realização.

A Circular CMN nº 3.068, que trata da classificação dos títulos e valores mobiliários com base em um conjunto de critérios para registro e avaliação da carteira de títulos, não se aplica às cooperativas de crédito.

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

f) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério “pro rata temporis”, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados. A apropriação dos juros é interrompida após vencidas há mais de 60 dias.

g) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

h) Depósitos em garantia

Existem situações em que a Cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

i) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do SICOOB São Paulo e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

j) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são registrados em "Outras receitas e despesas".

k) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

l) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

m) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

n) Depósitos e recursos de aceite e emissão de títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base pro rata die.

o) Demais ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

p) Demais passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

q) Provisões

São reconhecidas quando a Cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

r) Provisões para demandas judiciais e passivos contingentes

Decorrem basicamente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios da Cooperativa, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas e tributárias. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. As contingências são classificadas como prováveis, para as quais são constituídas provisões; possíveis, que somente são divulgadas sem que sejam provisionadas; e remotas, que não requerem provisão e divulgação. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma mais adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor.

Existem situações em que a Cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si e, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo, e estão classificados no ativo realizável a longo prazo, conforme determinado pela Resolução CMN nº 3.535, revogada pela Resolução CMN nº 3.823.

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

s) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

t) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

u) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 365 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

v) Valor recuperável de ativos – impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “impairment”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 31 de dezembro de 2020 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

3. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

	2020	2019
Disponibilidades	10.663	15.665
Relações interfinanceiras (i)	1.520.471	36.116
	1.531.134	51.781

i) No primeiro semestre de 2020, as aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários foram integralmente resgatadas e concomitantemente aplicadas em Centralização Financeira no Sicoob São Paulo, com remuneração de, aproximadamente, 100% do CDI, com liquidez imediata, os quais resultaram, no exercício 2020, em ingressos no montante de R\$ 18.685 (2019 - R\$ 1.119).

4. Aplicações interfinanceiras de liquidez

Modalidade	2020	2019
Ligadas (i)	266.101	238.782
Não ligadas	429	451
	266.530	239.233
Ativo circulante	(266.101)	(239.030)
Ativo não circulante	429	203

(i) Referem-se a aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários – CDI no BANCOOB com remuneração média de 96% do CDI (2019 – 98,48% do CDI).

5. Títulos e Valores Mobiliários

Modalidade	2020	2019
Recibo de Depósito Cooperativo - RDC (i)	115.051	842.733
Certificado de Recebíveis do Agronegócio (ii)	45.302	67.698
Obrigações do Tesouro Nacional	31.290	26.872
Cotas de Fundo em Participações - FIP (iii)	19.573	19.871
Provisão para desvalorização (iv)		(9.035)
	211.216	948.139
Ativo circulante	(60.642)	(866.870)
Ativo não circulante	150.574	81.269

(i) Os Recibos de depósito cooperativos - RDC referem-se, substancialmente, a aplicações financeiras mantidas na Sicoob São Paulo com remuneração média de 107% do CDI. (2019 – 100% do CDI) (Nota 24.2).

(ii) Os Certificados de recebíveis do agronegócio – CRA referem-se à cessão de crédito de cédulas de produtos rural financeiro – CPRFs, líquido das parcelas recebidas, possuem remuneração média de 5,41 % a.a. (2019 – 9,55 % a.a)

(iii) O Fundo de investimento em participações – FIP, investe na Dercoc Empreendimentos Imobiliários Ltda. Essa companhia possui por propósito específico o planejamento, a promoção, o desenvolvimento, a venda e a entrega do empreendimento imobiliário, a ser desenvolvido na cidade de Ribeirão Preto. Essa estrutura foi criada pela Cooperativa com finalidade de viabilizar o processo de venda de bens não de uso próprio. A remuneração desse fundo ocorrerá com a valorização de suas quotas decorrente do resultado apurado na venda dos bens.

(iv) A provisão para desvalorização foi realizada para fazer frente a investimentos em operações Certificados de recebíveis do agronegócio – CRA que possuem lastros em atraso. Os títulos e valores mobiliários estão custodiados na CETIP, no SELIC e as operações com o BANCOOB e Sicoob São Paulo são mantidas pelos respectivos administradores.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os títulos e valores mobiliários foram contratados com prazo de resgate superior a 90 dias. Os títulos e valores mobiliários classificados no ativo realizável a longo prazo têm sua realização prevista substancialmente para 2023.

6. Operações de crédito

6.1. Composição da carteira por modalidade

Modalidade	2020	2019
Adiantamentos a depositantes	1.903	4.918
Cheque especial e conta garantida	93.751	123.703
Empréstimos e financiamentos	1.814.859	1.203.948
Títulos descontados	67.856	57.879
Financiamentos rurais	1.391.955	1.222.407
Provisão para perdas com operações de crédito (Nota 6.3)	(243.252)	(161.863)
	3.127.072	2.450.992
Ativo circulante	(1.446.183)	(1.238.640)
Ativo não circulante	1.680.889	1.212.352

6.2. Operações de crédito de longo prazo, por ano de vencimento

Os montantes em longo prazo têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	2020	2019
2021		504.615
2022	737.096	309.754
2023	453.031	200.526
2024	289.666	106.405
2025 a 2027	201.096	91.052
	1.680.889	1.212.352

6.3. Movimentação da provisão para perdas com operações de crédito

	2020	2019
Saldo inicial	161.863	92.095
(-) Créditos baixados para prejuízo	(44.685)	(22.945)
Provisão constituída no exercício	300.773	159.102
(-) Reversão da provisão	(174.699)	(66.389)
Saldo final	243.252	161.863

6.4. Recuperação de créditos anteriormente baixados

A recuperação de créditos anteriormente baixados contra a provisão para perdas montou a R\$ 33.876 no exercício findo em 31 de dezembro 2020 (2019 - R\$ 25.902), e foi registrada em contrapartida de "Ingressos de intermediação financeira – Operações de crédito" outros ingressos operacionais.

6.5. Composição da carteira por nível de risco e situação de vencimento

Nível de risco	Provisão	2020			2019		
		Vencidas	A vencer	Total	Vencidas	A vencer	Total
AA	0%		456.810	456.810		162.536	162.536
A	0,5%		1.289.356	1.289.356		966.220	966.220
B	1%	1.543	669.891	671.434	2.134	714.271	716.405
C	3%	874	474.261	475.135	8.651	379.729	388.380
D	10%	5.594	202.347	207.941	15.095	149.856	164.951
E	30%	8.866	60.674	69.540	17.089	75.416	92.505
F	50%	10.186	33.692	43.878	14.926	20.149	35.075
G	70%	5.634	7.661	13.295	9.545	24.956	34.501
H	100%	59.877	83.058	142.935	20.572	31.713	52.285
		92.574	3.277.750	3.370.324	88.009	2.524.845	2.612.858
Provisão para perdas com operações de crédito		(72.175)	(171.077)	(243.252)	(41.634)	(120.233)	(161.867)
Total		20.399	3.106.673	3.127.072	46.375	2.404.613	2.450.992

7. Outros créditos

	2020	2019
Cédulas de Produto Rural Financeiro - CPRF (i)		290
Títulos e créditos a receber com característica de operações de crédito (ii)	12.830	18.739
Devedores por Compra de Valores e Bens (iii)	65.859	88.089
Depósitos em garantia (Nota 18)	13.079	12.244
Outros	5.518	2.613
Provisão para perdas (iv)	(11.344)	(13.981)
	85.942	107.994
Ativo circulante	(28.524)	(28.442)
Ativo não circulante	57.418	79.552

(i) Referem-se a CPRFs adquiridas pela Sicoob Cocred junto aos seus associados, lastreadas em commodities agrícolas. Esses títulos foram liquidados no exercício 2020. (Nota 21).

(ii) Referem-se a renegociações de operações de crédito, as quais serão liquidadas mediante a entrega física de produtos, substancialmente açúcar total recuperável - ATR, em até dez anos. Esses produtos serão recebidos e comercializados pela Cooperativa dos Plantadores de Cana do Oeste do Estado de São Paulo - COPERANA, que assume contratualmente a obrigação de repassar os valores recebidos pelas vendas à Sicoob Cocred.

(iii) Referem-se a títulos a receber pela venda de imóveis recebidos em renegociações de dívidas de operações de crédito, atualizados, substancialmente, pela variação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP ou pela variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI com vencimentos até 2026.

(iv) Refere-se a provisão para perdas na realização de títulos de crédito a receber com característica de operações de crédito e devedores por compra de valores e bens, constituída de acordo com os termos da Resolução CMN nº 2.682.

	2020	2019
Saldo inicial	13.981	10.943
(-) Créditos baixados para prejuízo	(2.856)	(98)
Provisão constituída no exercício	5.596	5.945
(-) Reversão de provisão	(5.377)	(2.809)
Saldo final	11.344	13.981

8. Outros bens e valores a receber

	2020	2019
Bens não de uso próprio (i)	59.640	69.426
(-) Provisão para perdas	(9.219)	(412)
Materiais de uso e consumo	50	67
Despesas antecipadas	88	68
	50.559	69.149
Ativo circulante	(137)	(135)
Ativo não circulante	50.422	69.014

(i) Os bens não de uso próprio referem-se a bens recebidos em pagamentos de operações de crédito renegociadas, registrados pelo valor dessas operações e, quando aplicável, reduzidos de provisão para perda na realização, conforme laudos técnicos de avaliação desses bens a valor de mercado.

A partir de novembro de 2014, através da carta circular interna 311/2014 a Sicoob Confederação padronizou a contabilização de entrada de bens, onde seu registro contábil passou a ser limitado ao valor da dívida registrada na Central de Risco, devendo ser realizada a diferença no momento da alienação do bem.

9. Investimentos

	2020	2019
Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo - Sicoob São Paulo	51.509	48.859
Banco Cooperativo do Brasil S.A. - BANCOOB	59.222	55.402
Cooperativa dos Plantadores de Cana do Oeste do Estado de São Paulo - COPERCANA	83	83
Outros	38	16
	110.852	104.360

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Sicoob Cocred efetuou aporte de capital no montante de R\$ 2.650 e R\$ 3.820, na Sicoob São Paulo e no BANCOOB, respectivamente (2019 – R\$ 4.485, R\$ 24.329, na Sicoob São Paulo e no BANCOOB respectivamente).

Em 2020, foram distribuídas sobras nos montantes de R\$ 2.148 e R\$ 3.821 pela Sicoob São Paulo, e BANCOOB, respectivamente (2019 - R\$ 4.023 e R\$ 4.597 pela Sicoob São Paulo, e BANCOOB respectivamente).

10. Imobilizado

	2020		2019		%
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	Taxas anuais de depreciação
Móveis, utensílios e equipamentos	8.041	(3.293)	4.748	3.181	10
Sistemas de comunicação	145	(43)	102	89	10
Equipamentos de processamento de dados	10.000	(5.532)	4.468	2.866	20
Veículos	1.076	(658)	418	454	20
Sistemas de vigilância	1.652	(1.143)	509	388	20
Instalações	26.839	(15.437)	11.402	8.148	20
Obras em andamento (i)	34.019		34.019	13.216	
	81.772	(26.106)	55.666	28.342	

(i) Em 31 de dezembro de 2020, a variação da rubrica refere-se substancialmente a projetos de expansão da Cooperativa, além da construção de uma nova sede da Cooperativa com previsão de término em 2021.

11. Intangível

	2020		2019		%
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido	Taxas anuais de depreciação
Softwares	9.778	(6.821)	2.957	898	10

12. Depósitos à vista, à prazo e sob aviso

	2020	2019
Depósitos à vista	546.591	354.246
Depósitos sob aviso e à prazo	2.222.714	1.469.236
	2.769.305	1.823.482

Os depósitos à vista não são remunerados e os depósitos sob aviso e a prazo são remunerados por encargos financeiros calculados com base em um percentual do CDI - Certificado de Depósitos Interbancários.

Estão garantidos até o limite de R\$ 250 por CPF ou CNPJ, pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop). Este fundo tem como instituições associadas todas as cooperativas singulares de crédito do Brasil e os bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC). Este fundo tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada. A contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125% dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, que considera, os depósitos à vista e a prazo e as letras de crédito do agronegócio, de acordo com a Resolução CMN 4.150/2012. O estatuto e o regulamento do FGCoop foram aprovados pela resolução 4.284/2013 e sua contribuição mensal, calculada com base na carteira de depósitos, é classificada como dispêndios de operações de captação no mercado.

13. Recursos de aceites cambiais e letras imobiliárias

	2020	2019
LCA - Juros variáveis	570.457	647.725
LCI - Juros variáveis	132.053	
	702.510	647.725

As Letras de Crédito do Agronegócio ("LCA") são títulos emitidos pela Sicoob Cocred, com garantia em direitos creditórios do agronegócio mantidos em carteira e tem exigibilidade imediata.

As Letras de Crédito Imobiliárias ("LCI") são títulos emitidos pela Sicoob Cocred, com garantia em direitos imobiliários mantidos em carteira e tem exigibilidade imediata.

Conforme Lei nº 11.076, esses títulos são isentos de imposto de renda para as pessoas físicas e também são garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop – Nota 12).

14. Obrigações por empréstimos e repasses

	Encargos financeiros incidentes (Taxa Anual)	2020			2019		
		Repasses Interfinanceiros	Repasses de outras instituições	Total	Repasses Interfinanceiros	Repasses de outras instituições	Total
Empréstimos	7,00% a 10,80%	28.616		28.616			
Securitização	3,00%	20.104	1.941	22.045		2.296	2.296
Custeio Agrícola	4,15% à 5,97%	145.361		145.361			
Custeio Agrícola	6,00% à 6,94%	314.945		314.945	65.135		65.135
Custeio Agrícola	7,00% à 7,85%	30.043		30.043	212.975		212.975
Custeio Agrícola	8,00% à 8,94%	59.311		59.311	302.269		302.269
Custeio Agrícola	9,00% à 9,93%	12.991		12.991	89.826		89.826
Custeio Agrícola	10,17% à 11,50%	8.701		8.701	18.867		18.867
Custeio Agrícola	CDI + 0,84% à 1,69%	414.304		414.304			
Total		1.034.376	1.941	1.036.317	689.072	2.296	691.368
Passivo circulante		(557.540)		(557.540)	(449.285)		(449.285)
Passivo não circulante		476.836	1.941	478.777	239.787	2.296	242.083

Os montantes de longo prazo possuem a seguinte composição por ano de vencimento:

	2020	2019
2021		141.184
2022	227.935	8.640
2023	44.042	34.499
2024	50.052	23.834
2025	130.767	2.296
2026	889	1.448
2029	20.016	30.182
2030	5.076	
	478.777	242.083

As obrigações por empréstimos e repasses são garantidas por penhor, cédulas rurais e avais dos diretores.

15. Obrigações sociais e estatutárias

	2020	2019
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (i)	14.195	17.283
Cotas de capital a pagar	17.269	5.129
	31.464	22.412
Passivo circulante	(29.928)	(20.796)
Passivo não circulante	1.536	1.616

(i) O FATES é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos associados, seus familiares e empregados da Cooperativa e é constituído por 5% das sobras líquidas do exercício e pelo resultado líquido, deduzidos os tributos, de operações com não associados (Nota 19.2).

16. Obrigações fiscais e previdenciárias

	2020	2019
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	40	145
Impostos de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ	30	207
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.312	2.015
Contribuição Previdenciária - INSS	1.020	892
Programa de Integração Social - PIS	40	43
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	78	110
Imposto sobre Serviços - ISS	66	93
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	268	245
Outros	14	13
	2.868	3.763

17. Outras obrigações diversas

	2020	2019
Cheques administrativos	26.992	18.407
Despesas com pessoal a pagar	19.054	16.638
Cheques descontados	292	679
Fornecedores de bens e serviços	9.747	6.041
Procapcred (i)		3.813
Créditos de terceiros	1.867	1.260
Outras	3.781	3.214
	61.733	50.052
Passivo circulante	(61.733)	(50.028)
Passivo não circulante		24

(i) Em 2019, referia-se a obrigação assumida pela Sicoob Cocred, até março de 2014, decorrente das operações de Procapcred - Programa de Capitalização de Cooperativas de Crédito, nos termos da Resolução CMN nº 3.346. O Procapcred é uma linha de crédito especial para aquisição de cotas de capital utilizando recursos do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). O programa é um incentivo do Governo Federal, que tem por objetivo promover o fortalecimento do sistema de crédito cooperativo no País por meio da concessão de financiamentos diretamente aos cooperados por intermédio de instituições financeiras credenciadas. As operações foram liquidadas em fevereiro de 2020.

18. Provisões para contingências

Para fazer face às eventuais perdas que possam advir de determinadas questões em discussão judicial e administrativa, a Sicoob Cocred, considerando a natureza, a complexidade dos assuntos envolvidos e a avaliação de seus assessores jurídicos, mantém provisão para contingências tributárias e trabalhistas, classificadas como de risco provável, em montantes considerados suficientes para cobrir perdas em caso de desfecho desfavorável dessas questões.

Nas datas das demonstrações financeiras, a Cooperativa apresentava os seguintes passivos relacionados às contingências:

	2020	2019
Tributárias	12.668	11.658
Trabalhistas	548	352
Garantias prestadas	17.427	3.426
Cíveis	1.179	686
	31.822	16.122

(a) Processos classificados como possível perda

O Sicoob Cocred possui processos em andamento classificados como de possível perda que totalizam em 2020 o montante de R\$ 4.120 de processos cíveis (2019 – R\$ 5.274), R\$ 118 de processos trabalhistas (2019 – R\$ 789) e R\$ 11.517 de processos tributários (2019 – R\$ 11.271).

(b) Discussão dos autos de infração do Pis e Cofins

Em 21 de setembro de 2015, a Sicoob Cocred teve ciência do despacho proferido pela 3ª Turma do CARF, da Receita Federal do Brasil, sobre os processos 16327.000482/2005-78 e 16327.000316/2004-91, que tiveram origem nos Autos de Infração sobre PIS dos anos de 2000 a 2003 e COFINS do ano de 1999, sobre rendimentos de aplicações financeiras que a Sicoob Cocred manteve em sociedades não cooperativas no referido período, com a decisão de que há a incidência dos referidos impostos por se tratarem de atos não cooperativos. Tratando-se de decisão irrecorrível no âmbito administrativo, a Sicoob Cocred, em 18 de dezembro de 2015, com base na opinião dos seus assessores jurídicos, ingressou na Justiça Federal com uma Ação Anulatória de Débitos Tributários, efetuando os depósitos judiciais dos valores de R\$ 1.288 e R\$ 1.132 de Pis e Cofins respectivamente e, com isso, os créditos tributários tiveram sua exigibilidade suspensa.

Adicionalmente, em 7 fevereiro de 2017, a Sicoob Cocred teve ciência do despacho proferido pela 3ª Turma do CARF sobre o processo 16327.000483/2005-12 que teve origem nos Autos de Infração sobre COFINS dos anos de 2000 a 2003 sobre rendimentos de aplicações financeiras que a Sicoob Cocred manteve em sociedades não cooperativas no período. Tratando-se de decisão irrecorrível no âmbito administrativo, a Sicoob Cocred com base na opinião dos seus assessores jurídicos ingressou na Justiça Federal com uma Ação Anulatória de Débitos Tributários e complementou seus depósitos judiciais no montante de R\$ 6.621. Em 31 de dezembro de 2020, os valores depositados montam a R\$ 1.783, R\$ 1.568, e R\$ 8.166, referentes aos processos de PIS, COFINS (1999) e COFINS (2000 a 2003), respectivamente, registrados como Outros créditos (Nota 7).

(c) Reversão de provisão para contingências e constituição de reserva em 2019

A Sicoob Cocred questionava judicialmente a retenção do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF incidente sobre os rendimentos de aplicações financeiras auferidos por seus associados nas operações realizadas com a Cooperativa e vinha registrando as correspondentes obrigações, bem como efetuou depósitos judiciais, relacionados a esse assunto.

Os valores retidos dos cooperados foram depositados judicialmente no período de 1999 até o primeiro decêndio do mês março de 2019, quando houve decisão do Superior Tribunal de Justiça – STJ, sobre o Recurso Especial N° 1741047/SP na qual registra o trânsito em julgado, datado em 11 de março de 2019, favorável a Sicoob Cocred, concluindo sobre a não incidência de imposto de renda nos resultados positivos auferidos pelos cooperados em operações realizadas com a Sicoob Cocred e determinando o levantamento dos referidos montantes depositados judicialmente. Nessa oportunidade, com base na opinião de seus consultores jurídicos que entendem não mais haver o risco de provável perda da referida ação, a Sicoob Cocred reverteu a provisão mantida para esse tema contra o Fundo de Reserva de Contingência Fiscal (“Fundo de Reserva”) (Nota 19.5). Essa reversão foi no montante de R\$ 171.905, que corresponde ao valor da provisão constituída, líquida dos honorários advocatícios. A administração da Cooperativa entende que não há a incidência de juros sobre o referido montante após a sua reversão para o referido Fundo de Reserva, conforme regulamento desse fundo.

Apesar de os assessores tributários da Sicoob Cocred entenderem que os cooperados foram os beneficiários do resultado dessa ação, a administração da Sicoob Cocred, com base em orientações recebidas do Sicoob São Paulo, entende ser adequada a reversão da provisão para contingência em contrapartida do referido Fundo de Reserva, o qual deverá compor o patrimônio líquido da Sicoob Cocred até nova deliberação, conforme previsto no seu regulamento (Nota 19.5).

19. Patrimônio líquido**19.1. Capital social**

(i) O capital é representado por cotas no valor nominal de R\$ 1,00 cada.

19.2. Destinações estatutárias e legais

De acordo com o estatuto social da Cooperativa e com a Lei n° 5.764/71, quando do encerramento do exercício social, em 31 de dezembro de cada ano, a sobra líquida apurada terá a seguinte destinação:

	2020	2019
Sobras líquidas do exercício, base de cálculo das destinações	51.175	63.785
Destinações estatutárias:		
Juros sobre o capital integralizado (Nota 22)	(10.786)	(19.887)
FATES - lucro de operações realizadas com não cooperados	(5.651)	(7.793)
Reserva legal - 25 %	(8.685)	(9.026)
FATES - Fundo de assistência técnica, educacional e social - 5%	(1.737)	(1.805)
Despesas absorvidas com a Reserva legal (Nota 19.4)	2.089	1.723
Sobras do exercício à disposição da Assembleia Geral	26.405	26.997

- 25% do resultado de operações com cooperados para a Reserva legal, cuja finalidade é reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades, conforme alteração na última Assembleia Geral Ordinária de 18 de abril de 2018.
- 5% do resultado de operações com cooperados para o Fundo de assistência técnica, educacional e social - FATES destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos associados, seus familiares e empregados da Sicoob Cocred;
- Juros sobre o capital integralizado de até o limite do índice percentual da Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação de Custódia - SELIC;

Além destas destinações, a Lei no. 5.764/71 prevê (i) que os resultados positivos das operações com atos não-associados serão destinados ao Fundo de assistência técnica, educacional e social – FATES; (ii) que a perda apurada no exercício será coberta com recursos provenientes da Reserva legal e, se insuficiente esta, mediante rateio, entre os associados e (iii) que a Assembleia Geral poderá criar outras reservas (fundos), inclusive rotativos, com recursos destinados para fins específicos fixando o modo de formação, aplicação e liquidação.

19.3. Aprovação das destinações

As destinações das sobras dos exercícios sociais de 2019 e de 2018 foram aprovadas nas Assembleias Gerais Ordinárias realizadas em 29 de junho de 2020 e 17 de abril de 2019, respectivamente.

Na Assembleia Geral Ordinária de 29 de junho de 2020, foi deliberada a destinação do saldo de Sobras à disposição da assembleia para Reserva legal, no montante de R\$ 10.000, para Fates, no montante de R\$ 3.415, Capital social, no montante de R\$ 5.433 e o saldo remanescente, no montante de R\$ 8.149, foi distribuído aos associados.

Adicionalmente, na Assembleia Geral Ordinária de 17 de abril de 2019, foi deliberada a destinação do saldo de Sobras à disposição da assembleia para Reserva legal, no montante de R\$ 24.755, para Capital social, no montante de R\$ 5.069 e o saldo remanescente, no montante de R\$ 7.604, foi distribuído aos associados.

19.4. Realização da Reserva legal

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de dezembro de 2010, foi aprovado que os recursos destinados a Reserva Legal serão utilizados para suprir as despesas com bens e serviços diretamente relacionados à expansão geográfica dos serviços da Sicoob Cocred, bem como os custos de melhorias e benfeitorias necessárias para o aumento da capacidade operacional da Sicoob Cocred, além de sua utilização para reparar perdas e atender ao desenvolvimento das atividades da Cooperativa, nos termos do parágrafo 1º do Artigo 62 do Estatuto Social da Sicoob Cocred.

19.5. Fundo de Reserva de Contingência Fiscal

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 24 de outubro de 2019, foi aprovada a criação do Fundo Reserva de Contingência Fiscal a ser constituído com os valores retidos das aplicações financeiras dos cooperados, os quais foram levantados em favor da Sicoob Cocred como resultado do êxito em ação judicial (Nota 18).

Esse Fundo de Reserva tem como objetivo resguardar a Sicoob Cocred dos efeitos negativos decorrentes da eventual proposição de ação rescisória pela União, que pode ocorrer no período de dois anos após o trânsito em julgado da ação. O regulamento desse fundo também determina que a devolução desses recursos deverá ser deliberada em Assembleia Geral Ordinária em 2021.

Durante o período de vigência do referido Fundo, os recursos levantados deverão ficar bloqueados na posição financeira da tesouraria da Sicoob Cocred, sendo autorizada a devolução desses valores à União, no caso de perda decorrente de ação rescisória.

20. Outros dispêndios administrativos

	2020	2019
Serviços do sistema financeiro	(6.235)	(5.408)
Despesas de comunicação	(3.378)	(2.886)
Aluguéis	(5.063)	(4.423)
Serviços diversos contratados	(10.595)	(10.441)
Vigilância e segurança	(4.209)	(3.887)
Propaganda, publicidade, promoções e relações públicas	(4.341)	(4.401)
Depreciação e amortização	(5.545)	(4.380)
Manutenção e conservação de bens	(2.154)	(2.075)
Despesas de transporte	(2.390)	(2.353)
Emulmentos judiciais e cartorários	(492)	(326)
Rateio de despesas Sicoob Confederação (i)	(3.979)	(3.789)
Outros	(6.562)	(5.756)
	(54.943)	(50.125)

(i) Dispêndios realizados para pagar as despesas operacionais da Sicoob Confederação e sustentar o crescimento dos serviços prestados à Sicoob, rateados entre as cooperativas do sistema de acordo com Política de Rateio de Despesas da Sicoob Confederação.

21. Outros ingressos operacionais

	2020	2019
Atualização de CPRF (Nota 7 (i))	100	633
Atualização de títulos e créditos a valor de mercado (Nota 7 (iii))	1.577	1.082
Distribuição de sobras e dividendos de investimentos (Nota 9)	5.969	8.622
Ganhos na venda de bens não de uso próprio (Nota 7 (iii))	1.686	7.512
Juros sobre venda de bens não de uso próprio (Nota 7 (iii))	4.672	7.131
Rendas de Repasses Delcredere	1.506	983
Outros	23.354	18.469
Comissões	15.198	6.411
Reversão de Provisão (CRA)	6.382	
	60.444	50.843

22. Outros dispêndios operacionais

	2020	2019
Descontos concedidos	(26.216)	(4.168)
Recursos Procapcred (i)		(12.416)
Perdas em negociação de bens não de uso próprio	(1.691)	(312)
Outros	(4.359)	(6.873)
Baixa de operações Pesa		(8.127)
	(32.266)	(31.896)

(i) Refere-se a gastos incorridos pela Sicoob Cocred sobre a assunção da dívida do Procapcred de seus associados limitado ao spread médio de sua carteira de crédito. As operações foram liquidadas em fevereiro de 2020. (Nota 17).

23. Partes relacionadas

23.1. Pessoal chave da administração

23.1.1. Remuneração do pessoal chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os membros da Diretoria, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal. A remuneração paga ou a pagar pelos serviços desses profissionais refere-se exclusivamente aos honorários da diretoria, as cédulas de presença dos conselheiros e aos correspondentes encargos trabalhistas que, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, montaram a R\$ 4.415 (2019 - R\$ 4.268).

23.1.2. Saldos e transações com o pessoal chave da administração

	2020	2019
(a) Principais saldos		
Ativo		
Operações de crédito - circulante	27.417	14.985
Operações de crédito - não circulante	46.975	77.912
Outros créditos (Devedores por compra de valores e bens) - não circulante		5.665
Passivo		
Depósitos a vista e a prazo	136.246	86.931
LCA	9.698	8.083
Patrimônio líquido		
Capital social	23.408	22.010

	2020	2019
(b) Principais operações		
Ingresso com operações de crédito	6.302	7.787
Ingresso com outros créditos	61	446
Dispêndio com captação	2.918	2.191

As operações de crédito, as LCAs e os depósitos à vista e sob aviso são realizados nas mesmas condições que as operações realizadas com os demais associados.

A venda de bens não de uso próprio ocorreu através de concorrência pública, visando a equidade entre todos cooperados.

24. Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo - Sicoob São Paulo

A Sicoob Cocred, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo – Sicoob São Paulo que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

24.1. Atribuições estatutárias

A Sicoob São Paulo tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômicos financeiros e assistenciais de interesse das filiadas, integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas emitidas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe à Sicoob São Paulo a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação de suas filiadas, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

24.2. Saldos e transações com a Sicoob São Paulo

	2020	2019
24.2.1. Principais saldos		
Ativo circulante		
Relações interfinanceiras (Nota 3)	1.520.471	36.116
Títulos e valores mobiliários (Nota 5)	115.052	842.733
Ativo não circulante		
Investimentos (Nota 9)	51.509	48.859

2020
2019

24.2.2. Principais operações

Ingressos de títulos e valores mobiliários	10.997	37.172
Ingresso de depósitos intercooperativos	18.685	1.119
Distribuição de sobras (Nota 9)	2.148	4.023

A Sicoob Cocred responde solidariamente pelas obrigações contraídas pela Sicoob São Paulo perante terceiros, até o limite do valor das quotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

As demonstrações financeiras da Sicoob São Paulo referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e o relatório do auditor independente sobre as referidas demonstrações financeiras não estavam emitidos até a data de aprovação das demonstrações financeiras da Sicoob Cocred.

25. Instrumentos financeiros

A Sicoob Cocred opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos judiciais, depósitos à vista e a prazo, LCAs, LCIs empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos, conforme critérios mencionados nas correspondentes notas explicativas.

26. Gerenciamento de riscos

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

Em atendimento ao disposto no parágrafo 1º do artigo 23 da Resolução BCB n.º 54 de 16 de dezembro de 2020, encontra-se publicado no endereço www.sicoobcocred.com.br, o Relatório de Pilar 3, disponível em RCC - Relacionamento com o Cooperado, Gerenciamento de Riscos, Relatório de Pilar 3.

26.1. Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Acordo de Basileia II, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

26.2. Riscos de mercado e liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a Cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

26.3. Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela Cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

26.4. Risco de Crédito e Risco Socioambiental

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito e socioambiental para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

26.5. Gestão de continuidade de negócio

A Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios (PCN) contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Visando garantir sua efetividade, são realizados anualmente testes nos Planos de Continuidade de Negócios (PCN).

Além do trabalho realizado pela Sicoob Confederação, a Sicoob Cocred também realiza a Análise de Impacto (AIN), que tem como propósito conhecer, entender e identificar os processos de negócio críticos que suportam as atividades da organização, mapear possíveis impactos financeiros, legais/regulatórios, de imagem e operacionais que podem ocorrer em decorrência de um incidente, bem como dar subsídio para a priorização de recuperação dos processos de negócio e/ou recursos tecnológicos diante de um desastre.

Também é elaborado as Estratégias de Continuidade de Negócios, que visa garantir o melhor gerenciamento de riscos e mitigação de impactos, em casos de desastres.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios (PCN) contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO), Plano de Recuperação de Desastre (PRD), Plano de Retorno à Normalidade (PRN), Plano de Gerenciamento de Incidentes (PGI), Plano de Administração de Crise (PAC) e Plano de Teste e Validação (PTV).

Os testes dos planos são realizados com periodicidade mínima anual.

Mais detalhes sobre Gerenciamento de Riscos e de Capital da SICOOB COCRED e a Tabela OVA, que não fazem parte das demonstrações contábeis, podem ser visualizados no site <https://relacionamento.sicoobcocred.com.br/>, seção "Gerenciamento de Riscos" / Relatório de Pilar 3.

27. Garantias

Em 31 de dezembro de 2020, a Sicoob Cocred é avalista em operações realizadas por determinados associados, principalmente junto ao BNDES, no montante total de R\$ 332.939 (2019 - R\$ 169.273), referentes a avais prestadas em operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para perdas é constituída em montante julgado suficiente pela administração para cobrir eventuais perdas, contemplando todos os aspectos determinados na Resolução CMN nº 2.682, que determina a classificação das operações por nível de risco.

28. Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2020, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores, benfeitorias em propriedades de terceiros e imóveis e veículos de propriedade da Sicoob Cocred.

Sertãozinho/SP, 18 de fevereiro de 2021.

Ademir José Carota
Contador CRC 1SP 259963/O-8

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Associados
Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito (“Sicoob Cocred”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações das sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião com ressalva

Desvio de prática contábil – baixa de passivo em contrapartida ao patrimônio líquido

Conforme mencionado na Nota explicativa 18 (c) às demonstrações financeiras, em 2019, a Sicoob Cocred registrou como Fundo de Reserva de Contingência Fiscal, no patrimônio líquido, o montante de R\$ 171.905 mil, como contrapartida da baixa de provisão para contingências. Essa baixa corresponde ao valor líquido levantado pela cooperativa pelo êxito em ação judicial que questionava a exigibilidade do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF sobre os rendimentos auferidos por cooperados em aplicações financeiras mantidas na cooperativa. Como também mencionado na referida Nota explicativa 18 (c), os assessores tributários da Sicoob Cocred entendem que os cooperados foram os beneficiários do resultado dessa ação. Dessa forma, o referido montante tem característica de obrigação a restituir aos cooperados que tiveram o imposto retido. O procedimento adotado pela Sicoob Cocred, de baixa do passivo em contrapartida ao patrimônio líquido, não está de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, o passivo não circulante está apresentado a menor e o patrimônio líquido está apresentado a maior por R\$ 171.905 mil.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Sicoob Cocred, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho

Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Sicoob Cocred é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Sicoob Cocred continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sicoob Cocred ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sicoob Cocred são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sicoob Cocred.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sicoob Cocred. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sicoob Cocred a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 18 de fevereiro de 2021.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 “F”

Luis Fernando de Souza Maranhã
Contador CRC 1SP201527/O-5



PARECER DO CONSELHO FISCAL

Nós membros do Conselho Fiscal da SICOOB COCRED COOPERATIVA DE CRÉDITO, nos termos do estatuto social e atribuições legais, tendo examinado as demonstrações contábeis, compreendendo o Balanço Patrimonial e a Demonstração de Sobre do Exercício relativo ao período de 01 de janeiro de 2020 à 31 de dezembro de 2020, com base no parecer dos auditores independentes PricewaterhouseCoopers - PwC emitido em 18 de fevereiro de 2021 e as respectivas notas explicativas sob responsabilidade da administração, declaramos que os atos refletem fielmente as escriturações contábeis das operações no âmbito administrativo e operacional, adequados em todos os aspectos relevantes por sua materialidade e somos de parecer favorável a apreciação e aprovação deste na Assembleia Geral Ordinária.

Sertãozinho/SP, 19 de fevereiro de 2021

Marco Antonio Paschoal

Alberto Borges Junior

Daniel Annibal

EXPEDIENTE

ASSESSORIA EDITORIAL

Planejamento e Marketing Sicoob Cocred

PROJETO GRÁFICO E CRIAÇÃO

Diego Feliciano

TIRAGEM

500 Exemplares





Vem crescer com a gente.

cocred.com.br

   *sicoobcocred*